

CRISE POLÍTICA BRASILEIRA E INVISIBILIZAÇÃO DAS COTAS SOCIAIS NA FANPAGE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NA ERA TEMER¹

BRAZILIAN POLITICAL CRISIS AND INVISIBILIZATION OF SOCIAL QUOTAS IN THE FANPAGE OF THE MINISTRY OF EDUCATION IN THE TEMER ERA

Lucas Muribeca²
Lorena Esteves³
Rosaly Brito⁴

Resumo: Esta pesquisa busca entender de que forma o tema das Cotas Sociais é abordado na fanpage do Ministério da Educação (MEC), no recorte temporal de 2012 a 2018. Esse período abrange o processo de crise política vivenciada no Brasil, desde o segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, passando pelo governo de Michel Temer, até a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do país. No que tange ao aspecto jurídico, recorreremos a Gomes (2003) e Piovesan (2005). Para tratar sobre Política, utilizamos os aportes de Miguel (2016; 2018); Miguel; Biroli (2017); Avritzer (2018). Sobre a questão racial, Shwarcz (2012). A metodologia utilizada é a análise de conteúdo de Bardin (2011). O corpus de análise é composto por 31 posts que possuem relação direta ou indireta com as cotas sociais e a sua aplicabilidade pela lei brasileira. Os resultados indicam que o tema das cotas foi deliberadamente eclipsado na fanpage do MEC durante a era Temer.

Palavras-Chave: Comunicação Institucional do MEC. Cotas Sociais. Crise Política.

Abstract: This research seeks to understand how the issue of Social Quotas is addressed in the Ministry of Education (MEC) fanpage, in the time frame from 2012 to 2018. This period covers the process of political crisis experienced in Brazil since the second term of ex-President Dilma Rousseff, through the government of Michel Temer, until the rise of Jair Bolsonaro to the presidency of the country. Regarding the legal aspect, we refer to Gomes (2003) and Piovesan (2005). To deal with Politics, we use Miguel's

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho GT3 - Comunicação institucional e imagem pública do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Jornalista, formado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: lucasmuribecaf@gmail.com.

³ Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA), integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA). Email: estevesjornalismo@gmail.com.

⁴ Professora da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Política e Amazônia (PPGCom), da Universidade Federal do Pará. Vice-líder do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa) e coordenadora do projeto Trama Coletiva – por uma outra cultura de comunicação. Email: rosalsybrito@gmail.com.

contributions (2016, 2018); Miguel; Biroli (2017); Avritzer (2018). On the racial issue, Shwarcz (2012). The methodology used is the content analysis of Bardin (2011). The corpus of analysis consists of 31 posts that have a direct or indirect relationship with social quotas and their applicability under Brazilian law. The results indicate that the theme of quotas was deliberately eclipsed in the MEC fanpage during the Temer era.

Keywords: *Institutional Communication of the MEC. Social Quotas. Political Crisis.*

1. Introdução

De acordo com AVRITZER (2018), a atual crise política brasileira iniciou em 2013, quando manifestações contra a corrupção chegaram às ruas do país. Desdobrou-se nos anos seguintes, culminando com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, por meio do que tem sido visto como um golpe parlamentar, capitaneado pelo seu sucessor Michel Temer e poderosos grupos, em afronta aos princípios democráticos previstos na Constituição brasileira (MIGUEL, 2016, 2018; MIGUEL, BIROLI, 2017; JINKINGS, DORIA, CLETO, 2016). Todo esse processo, que teve como palco central a arena midiática, foi decisivo para a ascensão de um governo de ultradireita nas eleições presidenciais de 2018.

A crise política brasileira e a ascensão de um governo de ultradireita nas eleições presidenciais de 2018 colocam em xeque os direitos garantidos nos últimos trinta anos, após a redemocratização do país (BIROLI, 2018), entre eles, os das cotas sociais. Direitos conquistados como resultado de demandas e lutas históricas. Para Gomes (2003), as cotas sociais nas universidades públicas são utilizadas como um método político para a construção de ações afirmativas que visam a garantia de direitos para os grupos menos favorecidos da sociedade, criadas com o intuito de reverter o longo processo discriminatório proporcionado pela desigualdade aos diversos grupos, seja racial, econômico ou de gênero.

Em um cenário político em que a própria democracia brasileira está em xeque, com o recuo dos direitos de grupos politicamente minoritários (SODRÉ, 2005), como negros (as), indígenas, quilombolas, portadores de necessidades especiais, é

fundamental que pesquisadores voltem suas atenções para as configurações discursivas/políticas/sociais que se delineiam, levando em consideração a centralidade da mídia e a importância do debate público nesse fenômeno.

Esta pesquisa considera a cota social como um assunto de extrema relevância, como política afirmativa de claro impacto social, pois é uma ferramenta importante para fazer com que jovens que fazem parte de minorias sociais e políticas possam ter acesso ao ensino superior público e gratuito, bem como visa corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado (GOMES, 2003).

No entanto, não é difícil encontrar, sobretudo nas redes sociais, opiniões que divergem desse posicionamento e que comumente violam os Direitos Humanos ao questionar a validade da Lei das Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), promulgada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que assegura aos estudantes de escolas públicas 50% do total de vagas destinadas às Universidades Federais.

Nesse sentido, é fundamental compreender como a comunicação, da instituição governamental responsável pela gestão da Educação no Brasil, vem se configurando quando o assunto são as cotas sociais. Para a análise desta pesquisa, buscamos um canal de comunicação amplo e que estivesse em constante conexão com os usuários e definimos a fanpage do Ministério da Educação (MEC), a rede social com mais seguidores da instituição.

Este trabalho tem como objetivo entender de que forma o tema das cotas sociais é abordado na *fanpage* do MEC, no recorte temporal de 27 de abril de 2012, data da primeira postagem sobre o tema, até 31 de dezembro de 2018. Esse período de seis anos abrange o estudo do antes, durante e o momento atual vivenciado no processo da crise política do Brasil. Como objeto, apresentamos os posts que foram publicados na rede social sobre o assunto, e como metodologia utilizamos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

2 – As cotas sociais como ações afirmativas

A Lei de Cotas (Lei Nº 12.711) foi sancionada no dia 29 de agosto de 2012 pela então presidenta Dilma Rousseff. Seguindo a lei, o ingresso no ensino superior

público do Brasil dar-se-ia a partir das vagas reservadas para dois grandes grupos: o universal e os cotistas, cada um assim ficando com 50% das reservas.

A política de cotas adotada nacionalmente pelo Ministério da Educação iniciou a partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2012, que reconfigurou a política de cotas para a seleção do programa em 2013. Em seguida, a meta gradual das Universidades Federais e dos Institutos tecnológicos era destinar 12,5% das vagas para alunos de escolas públicas no primeiro ano. Em 2014, pelo menos 25%. Em 2015, chegar a margem de 37,5%. E, em 2016, 50%, seguindo o objetivo de em quatro anos estabelecer a lei plena em vigor.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no ano de criação da Lei das Cotas, das 59 universidades federais, 32 utilizavam algum método seletivo para as minorias políticas, enquanto 27 não utilizavam. No universo das 32 acima citadas, apenas 25 abarcavam os estudantes negros, pardos e indígenas. Atualmente, as 66 universidades federais e os 39 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia adotam plenamente o sistema de cotas.

As cotas sociais nas universidades públicas são utilizadas como um método político para a construção de ações afirmativas que visam à garantia de direitos para os grupos menos favorecidos da sociedade. A sua utilização é uma ferramenta objetiva para ajudar a reduzir a desigualdade estrutural que historicamente colocou em desvantagem esses segmentos da sociedade brasileira.

Para Gomes (2003), as ações afirmativas foram criadas com o intuito de reverter o longo processo discriminatório proporcionado pela desigualdade aos diversos grupos, seja racial, econômico ou de gênero, para que a partir destas ações eles pudessem ter uma garantia de igualdade em relação a outra parcela da sociedade no que corresponde a políticas primárias, como educação e emprego.

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vista ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado (GOMES, 2003, p. 1).

Ainda de acordo com o autor, o fomento de ações afirmativas, entre elas, as cotas nas universidades, segue uma lista de objetivos entre os quais se destacam a promoção do pluralismo, concretização de igualdade de oportunidades entre grupos dominantes e grupos marginalizados, além da implantação da representatividade tanto nas atividades públicas quanto privadas. “As ações afirmativas têm o objetivo de não apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado que tendem a se perpetuar” (GOMES, 2003, p. 1).

3 - Metodologia, corpus e variáveis de análise

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a Análise de Conteúdo. Para Bardin (2011), que é uma das principais referências da técnica da Análise de Conteúdo, esta metodologia é importante, principalmente, por contar com um rigor estrutural para a obtenção de dados, já que estes são traduzíveis, após uma série analítica de extração, observação e interpretação. Ademais, o método pode ser aplicado a conteúdos e discursos diversificados.

Esse tipo de análise se desenvolve a partir de três polos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011). Na primeira fase, iniciamos a exploração do objeto: a fanpage do Ministério da Educação. A partir de então, por meio das próprias ferramentas de busca que a rede social Facebook oferece, colocamos algumas palavras-chave como “cotas” “lei de cotas” “cotas raciais” e “cotas sociais” para que a própria fanpage pudesse fazer a busca dos posts relacionados ao assunto.

Após a pré-análise, chegamos ao total de 31 posts que possuem relação direta ou indireta com as cotas sociais e a sua aplicabilidade pela lei brasileira. Por esse número, chegamos ao recorte temporal deste trabalho: o dia 27 de abril de 2012, data da primeira postagem sobre cotas sociais, até o dia 31 de dezembro de 2018, perfazendo um recorte de seis anos.

Na segunda fase, definimos o modo como seriam tratadas as 31 postagens e a forma de análise para obter os resultados, com vistas a suprir as questões

norteadoras da pesquisa. Então, a partir desse referencial e do material coletado, construímos um banco de dados para a análise de conteúdo com as seguintes variáveis: *Data* (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018), *Ministros da Educação* (Aloízio Mercadante, José Paim, Cid Gomes, Luiz Costa, Renato Janine Ribeiro, Mendonça Filho e Rossieli Soares) e *Postagens* que analisa qualitativamente as informações divulgadas na *fanpage*.

Com os dados coletados sobre a data é possível identificar os períodos de maior visibilidade e invisibilidade do tema das cotas sociais, desde a validade da lei em 2012 até o período final de recorte desta pesquisa, 31 de dezembro de 2018. As informações obtidas sobre os ministros foram importantes para destacar em qual governo o assunto foi priorizado e debatido de forma mais ampla a partir da comunicação pública estabelecida pelo Ministério da Educação e, por sua vez, em que gestão houve silenciamento a respeito do tema. Por último, a variável *postagens* analisa o enfoque, o direcionamento dado ao conteúdo postado.

Ao final, após analisar cada uma das variáveis, destacamos os resultados obtidos para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

4 - Análise de conteúdo da fanpage do Ministério da Educação

A fanpage do Ministério da Educação foi escolhida como objeto desta pesquisa por ser a rede social de maior influência em comunicação com o público. Até o dia 18 de março de 2019, a página estava com o total de 3.510.323 seguidores, conforme (FIG. 1).



Figura 1 - Print da fanpage do MEC no Facebook.
Fonte: Fanpage do Ministério da Educação (2019).

A primeira postagem feita pela página é datada de 17 de maio de 2011. Ou seja, esta rede está ativa há quase oito anos, divulgando assuntos que tangem às políticas e ações desenvolvidas pelo Ministério. A rede social Facebook é um exemplo claro de convergência midiática (JENKINS, 2009), pois engloba várias ferramentas e linguagens em uma mesma plataforma. “Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação”, assinala o autor (idem, p. 29), enfatizando que o termo refere-se, em uma perspectiva ampla, a um fenômeno que diz respeito à relação entre três conceitos fundamentais, quais sejam, a convergência dos meios de comunicação, ao desenvolvimento de uma cultura participativa e à construção de uma inteligência coletiva.

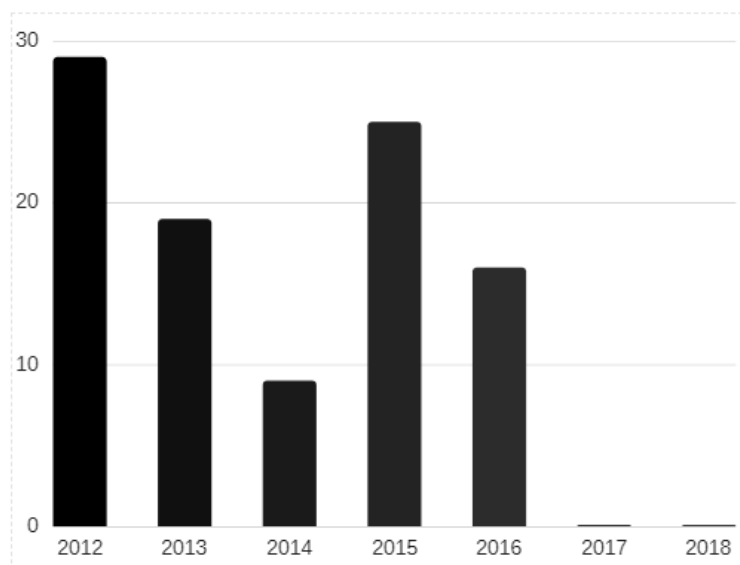
5.1 Análise das variáveis

5.1.1 VARIÁVEL 1 – DATA

Esta variável está dividida em sete anos que foram identificados na pré-análise: 2012 (1) 2013 (2), 2014 (3), 2015 (4), 2016 (5), 2017 (6) e 2018 (7). Vale destacar que o recorte desta variável começa a partir da primeira publicação relacionada ao tema, que aconteceu no dia 27 de abril de 2012 até o ano de 2018. Por isso, o ano de 2011, quando foi criada a fanpage do Ministério da educação, não entrou na contagem.

Considerando esse recorte, foi possível avaliar ano a ano o total de postagens sobre as cotas sociais para analisarmos de forma quantitativa e qualitativa o resultado obtido na pesquisa.

Gráfico 1
Quantidade de postagens na fanpage do MEC por ano analisado



Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa (2018).

Das 31 postagens analisadas, nove foram realizadas em 2012, no quesito 1, o que corresponde a 29,03% do percentual de amostragem. Em seguida, no quesito 2, em 2013, foram identificados 6 posts, equivalentes a 19,35%. No quesito 3, em

2014, o número de publicações caiu para três, o que significou o rendimento de 9,67%. No quesito 4, em 2015, houve um aumento considerável para oito postagens, que chegaram ao percentual de 25,80%. No quesito 5, em 2016, foram categorizados cinco posts, o que significou 16,12% do total. Nos quesitos 6 e 7, 2017 e 2018, respectivamente, não foram encontradas postagens relacionadas à temática, indicando de antemão seu desaparecimento da fanpage do ministério. Embora este seja um dado quantitativo, de maneira inequívoca ele gera uma materialidade empírica capaz de ser apreendida qualitativamente.

De modo geral, de 2012 a 2016, há equilíbrio na distribuição das postagens. A maior divulgação ocorreu no quesito 1, em 2012, com 29,03%. Esse fato pode se explicar devido este ter sido um ano de intensas discussões tanto no âmbito jurídico quanto nas redes sociais por conta da discussão em torno da constitucionalidade das cotas raciais pelo Supremo Tribunal Federal, e também pela promulgação da Lei das Cotas. Nos quesitos seguintes, de 2 a 5, houve uma regularidade entre 9,67%, do quesito 3, em 2014, até 19,35%, do quesito 2.

A última postagem encontrada é o post 31, de 16 de julho de 2016. De lá até o mês de dezembro de 2018, nenhuma outra postagem relativa às cotas sociais foi feita na fanpage do Ministério da Educação, por conta disso, os quesitos 6 e 7, equivalentes a 2017 e 2018, respectivamente, foram apresentados com 0%. Devido à regularidade de postagens entre os anos de 2012 a 2016, pode-se afirmar que, neste período, a comunicação do Ministério da Educação conseguiu cumprir o seu objetivo de informar e dialogar com os seguidores da fanpage sobre as cotas sociais por meio de posts no Facebook.

Porém, em função de a última postagem ter sido feita em julho de 2016, período que corresponde justamente ao final do mandato de Dilma Rousseff, afastada pelo processo de impeachment, e início do governo de Michel Temer, é notório que há um grande hiato na comunicação a partir desta data, já que nenhum outro post com o tema foi realizado. O silenciamento sobre o tema na comunicação pública do MEC fala por si só e é muito contundente, pois sugere de maneira flagrante o quanto a política de cotas, fruto do último governo do ciclo progressista

iniciado em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, passa a ser negligenciada de maneira deliberada pelo governo de Michel Temer.

Reproduziu-se, assim, o velho *modus operandi* da cultura política brasileira, de sobreposição dos interesses privados sobre o interesse público, embaçando as fronteiras que deveriam existir entre as duas esferas, normativamente separadas em uma república que se quer democrática. O interesse político particular do grupo que assumiu o poder no governo Temer, pelas características que lhe eram inerentes, indissociáveis do modo como se deu sua investidura no cargo, revelado por esse silenciamento, seria obscurecer uma pauta de cunho progressista, de democratização do acesso ao ensino superior, proposta e transformada em lei pela sua antecessora.

Malgrado a importância social indiscutível da política de cotas, o que esse obscurecimento revela é a persistência histórica do embaralhamento entre o público e o privado na débil democracia brasileira, com sérias repercussões, como postula André Botelho (2011), tanto no âmbito das instituições democráticas quanto das formas sociais de sua organização, exercício e realização na vida cotidiana. Em outras palavras, trata-se de “manter a esfera pública estreita e a participação democrática reduzida na atualidade” (idem, p. 428). Não é o caso de pensar essa fluidez de fronteiras entre o público e o privado como forma imutável da forma de funcionamento do Estado brasileiro, como argumenta o autor, mas antes pelo contrário, entender o quanto essas práticas continuam a fragilizar a democracia entre nós e a suscitar o engajamento da sociedade em prol de uma efetiva participação política.

5.1.2 VARIÁVEL 2 – MINISTROS

A variável 2 desta pesquisa é Ministros. Esta foi escolhida para identificarmos qual o período de postagem na fanpage do Ministério da Educação relacionado ao mandato daqueles que assumiram o mais alto posto da instituição nos diferentes governos em questão. Este resultado nos dará a possibilidade de observar o grau de visibilidade que cada ministro empreendeu ao assunto das cotas sociais, e a

reflexão que isso gera ao analisarmos os governos que estavam na gestão, para ter o entendimento das especificidades da comunicação do Ministério da Educação no mandato de cada um.

Esta variável está dividida em oito quesitos de análise que foram identificados na pré-análise: Aloízio Mercadante -1 (1), José Roberto Paim (2) e Cid Gomes (3), Luiz Cláudio Costa (4), Renato Janine Ribeiro (5), Aloizio Mercadante - 2 (6), Mendonça Filho (7) e Rossieli Soares (8).

Antes de nos voltarmos para os resultados obtidos, é importante criarmos uma linha cronológica de tempo e separar o período de governo de cada um dos ministros apresentados (TAB. 1).

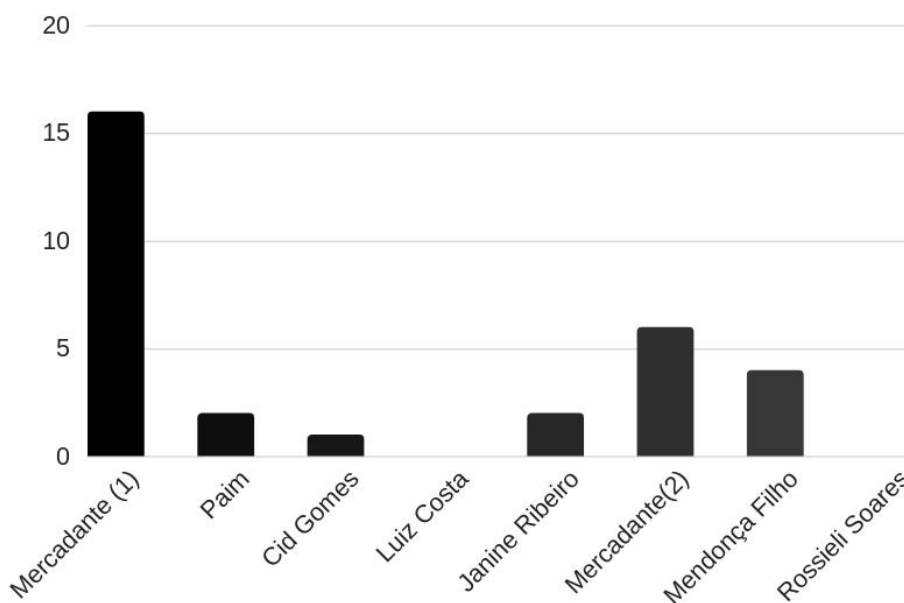
Tabela 1
Ministros da Educação e período de gestão da pasta entre 2012/2018

Ministro	Período
Aloízio Mercadante (PT)	24 de janeiro de 2012 a 2 de fevereiro de 2014 (aprox 2 anos).
José Henrique Paim (PT)	3 de fevereiro de 2014 até 1º de janeiro de 2015 (aprox. 1 ano).
Cid Gomes (PROS)	2 de janeiro de 2015 até 18 de março de 2015 (aprox. 2 meses).
Luiz Claudio Costa (interino) (PT)	18 de março de 2015 até 6 de abril de 2015 (menos de 1 mês).
Renato Janine Ribeiro (SEM PARTIDO)	6 de abril de 2015 até 4 de outubro de 2015 (aprox. 6 meses).
Aloízio Mercadante (PT)	5 de outubro de 2015 até 11 de maio de 2016 (aprox. 7 meses).
Mendonça Filho (DEM)	12 de maio de 2016 até 6 de abril de 2018 (aprox. 2 anos).
Rossieli Soares (SEM PARTIDO)	6 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2018 (aprox. 8 meses).

Fonte: Autores, com base nos dados do Ministério da Educação - MEC (2019).

Com base na tabela 1, podemos entender melhor o gráfico 2, com a distribuição das 31 postagens ao longo dos mandatos dos ministros que já passaram pelo Ministério da Educação.

Gráfico 2
Quantidade de postagens por Ministro



Fonte: Autores, com base nos dados da pesquisa (2018)

Sobre os números da variável 2 é possível identificar que apenas dois quesitos não foram preenchidos por postagem: o 4, que corresponde a Luiz Cláudio Costa, e que teve o mandato interino de 18 dias, e o 8, Rosieli Soares, que, ao longo da gestão de aproximadamente 8 meses, não produziu nenhum conteúdo no que tange à questão das cotas sociais.

Porém, antes de apresentarmos a análise desta variável, vamos conferir os dados que foram coletados a partir da categorização.

Dos 31 posts analisados, 16 são do quesito 1 e 6 do quesito 6, que foram publicados nos dois mandatos de Aloízio Mercadante (PT), o que corresponde a um total de 70,96% do total. No quesito 2, de José Henrique Paim (PT), apenas duas postagens foram produzidas, o que correspondeu a 6,45%. No quesito 3, de Cid Gomes (PROS), apenas uma postagem foi encontrada, que representa 3,22%. Além do mais, como pontuado anteriormente, no quesito 4, relativo à gestão de Luiz

Claudio Costa (PT), não foi identificada nenhuma publicação referente ao assunto focalizado nessa pesquisa. Ainda no Governo de Dilma Rousseff temos o quesito 5, de Renato Janine Ribeiro, com dois conteúdos, equivalente a 6,45%.

No governo Michel Temer, houve dois ministros. O quesito 7, Mendonça Filho (DEM), com quatro posts, 12,90% do total apresentado e Rosielle Soares, que, ao longo da gestão da pasta, não fez nenhuma publicação.

Com estes números, é possível fazer análises interessantes em diversas direções, que vão nos orientar a entender a que passo caminha a questão das cotas sociais na representação da fanpage no Facebook.

Primeiramente, observamos que durante os anos de governo Dilma a pauta das cotas sociais ganhou muito mais visibilidade na fanpage da instituição, com 27 postagens das 31 analisadas, sendo alavancada no período que corresponde aos dois mandatos de Aloizio Mercadante. Esse número que representa a amostragem do exercício da ex-presidenta Dilma no geral é de 87,09%.

Por outro lado, o governo de Michel Temer indicou dois ministros. Apenas no período de Mendonça Filho, identificamos quatro postagens sobre o tema o que vale ao percentual de 12,90%. Esse dado revela a invisibilidade que o tema sofreu ao longo do exercício do governo de Temer, com baixa representatividade, se comparada ao total de postagens no governo anterior.

Nesse contexto, temos que analisar o histórico, já que foi a própria Dilma Rousseff que assinou a validação da Lei das Cotas em 2012, além de que o ministro nesse período também era Aloizio Mercadante. A coincidência de datas entre os mandatos de Dilma Rousseff e de Aloizio Mercadante como ministro da pasta relacionada ao período em que há maior número de postagens não é fortuita, conforme revelam os dados obtidos. Fica evidente que, pelo fato de se tratar do governo que formulou e propôs a política pública e que a tinha como proposição programática, o tema das cotas sociais assume grande visibilidade na comunicação pública do ministério durante a sua vigência.

Outro fator que chama atenção é que a última postagem realizada no mandato de Mendonça Filho é de 16 de julho de 2016. Ou seja, por mais de dois anos o Ministério da Educação não fez nenhuma postagem voltada ao tema das cotas

sociais, período que coincide com o mandato interino de Michel Temer como presidente do Brasil. Temer só tomou posse oficialmente do cargo no dia 31 de agosto de 2016. É possível afirmar, diante desses dados, que nos primeiros seis meses de vigência oficial do governo Temer, nenhum tipo de postagem foi realizada para colaborar com a divulgação e o incentivo das cotas sociais.

Outro fator que também merece destaque é que o ministro da Educação que ficou mais tempo em exercício no governo Temer, Mendonça Filho, durante o qual a pesquisa categorizou quatro postagens, é do partido Democratas (DEM), o mesmo que entrou com uma ação na justiça em 2009 contra a reserva de cotas para negros na Universidade de Brasília - UNB, no entanto, em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou e considerou a legalidade dessa política afirmativa.

Essa postura do partido conservador do ministro de Michel Temer, de questionar juridicamente, sem êxito, a validade do sistema de cotas raciais, pode responder em parte pela ausência do tema na fanpage do ministério. Ela representa uma postura reiterada das elites brasileiras de, a despeito de ainda hoje vigorar no país o mito da democracia racial, inferiorizarem os negros e a eles dispensarem o tratamento de cidadãos de segunda classe, algo que deita raízes na prática escravocrata que marcou nossa colonização. “Raças e cores no Brasil atuam como classificações sociais arbitrárias, mas não aleatórias [...] sobrevive uma robusta segregação [no país] que atinge sobretudo os pobres e os negros, que são ainda mais pobres”, afirma Lilia Shwarcz (2012, p. 105-106).

A historiadora deixa claro, porém, que não existem discursos raciais oficiais que legitimem a exclusão, por meio de leis e instituições discriminatórias, o que pode, a seu ver, favorecer, paradoxalmente, “a jogar para o lugar do silêncio e dos interditos, certas práticas costumeiras de discriminação” (idem, p. 105). É o que parece ocorrer quando o tema é obscurecido na fanpage do MEC. A lei das cotas, em pleno vigor, deveria prevalecer como política de Estado, mas o tema perde prestígio e visibilidade em vista de posturas pessoais e políticas dos governantes. Nada mais revelador, como já assinalado antes, do quanto é débil a nossa democracia e pouco republicano o Estado brasileiro.

5.1.3 Variável 3 - Postagens

Nesta variável, faremos um recorte de análise de 5 postagens, dentre as 31 que compõem esta pesquisa. Os posts foram selecionados considerando as duas primeiras variáveis expostas neste trabalho. Além disso, também utilizamos como base para definir os 5 posts, a importância daquela determinada postagem dentro do contexto geral da fanpage do Ministério da Educação.

É importante começarmos essa análise pelo primeiro post (FIG. 2) relacionado às cotas sociais que foi publicado na fanpage do MEC em 27 de abril 2012. Nesta postagem, é possível observar alguns aspectos de uma fanpage que ainda está no início do seu trabalho de comunicação por alguns motivos: há, apenas, texto e link de uma matéria que direciona o seguidor ao site do ministério; não há a exibição de imagens, estratégia que mais tarde a página começou a adotar, e o baixo índice de interação com apenas 30 curtidas e 27 compartilhamentos.

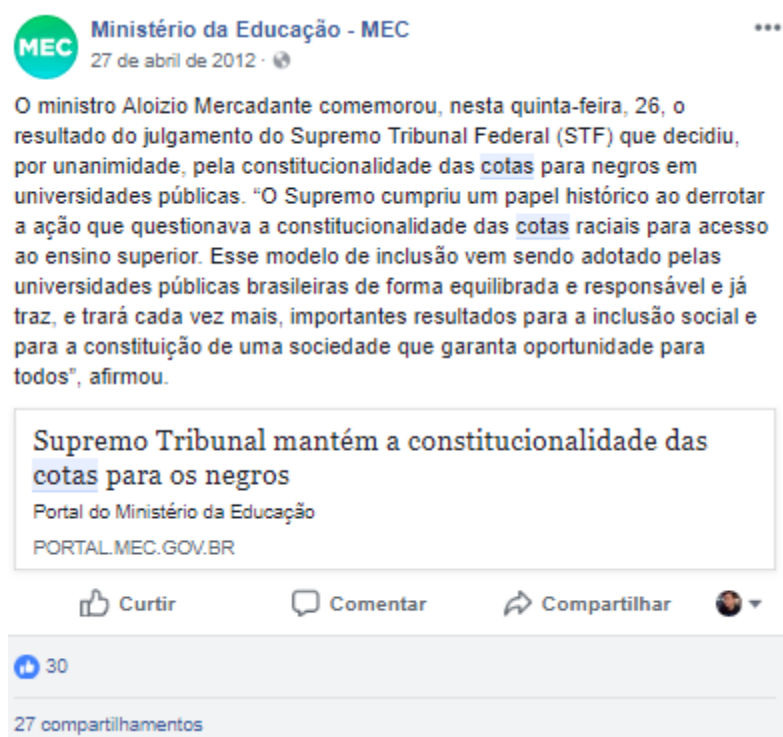


Figura 2 - post 1

Fonte: Fanpage do Ministério da Educação (2018).

Outro fator característico do início das publicações sobre a Lei de Cotas na fanpage é a defesa que os ministros, à frente da pasta, faziam desta política de ação afirmativa.

Na postagem do dia 24 de outubro de 2012 (FIG. 3), a oitava de 31 realizadas no recorte temporal da pesquisa, o então Ministro Aloizio Mercadante defendeu, durante a 82ª Reunião Ordinária do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (Crub), as cotas nas universidades como um mecanismo para combater a desigualdade no país.



Figura 3 - Post 8

Fonte: Fanpage do Ministério da Educação (2018).

Ao assumir essa postura, a fanpage se identifica com essa política e reafirma a importância da mesma para o desenvolvimento do Brasil. Vale lembrar que neste período o governo era de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que sancionou a Lei de Cotas.

Ao analisarmos o formato e a interação, ainda identificamos as características iniciais já pontuadas como a utilização apenas de texto e link, sem imagem atrativa, e a baixa interação com 26 curtidas e 34 compartilhamentos.

A postagem de maior interação na fanpage do Ministério da Educação (FIG. 4) relacionada à política de cotas sociais é de 29 de novembro de 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, com 5,7 mil curtidas e 2.535 compartilhamentos.



Figura 4 - Post 26

Fonte: Fanpage do Ministério da Educação (2018).

Neste post, é possível observar um outro momento na forma de comunicação da página no Facebook. Além de trazer texto e link, como fazia anteriormente, a fanpage já adota o uso de imagens para chamar a atenção dos seguidores, o que ajuda a impulsionar a publicação e conseqüentemente a interação.

A publicação faz referência à mudança por que a Lei das Cotas passou, ao determinar que a renda familiar seja usada como critério de desempate nos processos das universidades públicas. O post apresenta o texto com dois links externos, um para a matéria no site do Ministério da Educação e o outro que direciona para um material que explica o funcionamento das cotas sociais.

A imagem também segue o mesmo raciocínio do texto com os desenhos da fachada de uma universidade e da diferença entre moedas que simboliza que quem tiver uma menor renda será beneficiado com a alteração da lei.

As próximas duas postagens (FIG. 5 e 6) analisadas possuem uma característica em comum: elas se utilizam do mesmo conteúdo e da mesma legenda, a diferença é quanto à imagem. A primeira foi publicada em 16 de abril de 2016, final do governo Dilma, e a segunda em julho de 2016, no governo Temer.



Figuras 5 e 6 - post 27 e 31

Fonte: Fanpage do Ministério da Educação (2018).

Por essa situação, pode-se inferir que além do pouco conteúdo produzido na fanpage do Ministério da Educação na era Temer, entre as poucas postagens, esta ainda teve o conteúdo inteiramente copiado de uma outra anterior, o que demonstra um baixo interesse do governo em produzir novos conteúdos sobre o tema.

A diferença de publicação entre um post e outro é de aproximadamente três meses. O título é “Cotas pra quê? Entenda a importância com a história do Adalberto”. O texto da postagem é exatamente o mesmo e faz a reflexão sobre o uso das cotas por cerca de um milhão e 700 mil negros. Este também apresenta link que direciona o usuário para o site da instituição.

A diferença encontrada se situa na arte gráfica de divulgação da postagem. Enquanto o post 27 apresenta uma arte com a imagem real do personagem, o Adalberto, o post 31, o representa em desenho e com uma apresentação de arte diferente, mais lúdica.

No que diz respeito ao alcance, apesar da pouca diferença entre uma publicação e outra, as duas apresentaram um bom retorno. O post 27 teve 1,1 mil interações, além de 194 compartilhamentos. Por outro lado, o post 31 apresentou 1,3 mil interações e 114 compartilhamentos.

Conclusão

Com base nos dados obtidos por meio desta pesquisa, observou-se que o fomento da discussão sobre a Lei de Cotas no ambiente virtual, especialmente na fanpage do Ministério da Educação (MEC) no Facebook, ficou comprometido com o agravamento da crise política estabelecida no Brasil a partir do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Desde o início da eleição presidencial de 2014, quando Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, venceu Aécio Neves, do PSDB, por 51% a 48%, o cenário político do Brasil ficou conturbado, tendo o ápice do agravamento na crise financeira e na crise política, esta última causada pelo processo de impeachment em 2016.

Ao analisar a fanpage do Ministério da Educação por meio da análise de conteúdo e tendo três variáveis para ancorar esta pesquisa, a intenção era buscar entender como o tema das cotas sociais era retratado por meio da comunicação promovida pela instituição na rede social Facebook e como a crise política brasileira afetou a discussão do tema na fanpage da instituição.

Na variável 1, data, identificamos o principal ponto fraco dessa organização comunicacional relacionada ao tema desta pesquisa, a cota, a falta de produção de conteúdo. Apesar de ter uma periodicidade entre abril de 2012 e julho de 2016, desde esta última, o Ministério da Educação não publicou nenhum novo post referente ao assunto até final de 2018. Ou seja, por quase dois anos os seguidores da fanpage não tiveram nenhuma postagem que informasse sobre as cotas sociais, o que é preocupante, dado o fato de que é esta instituição responsável pela educação no Brasil.

Também concluímos que os resultados desta variável 1 estão diretamente ligados com a variável 2, ministros. Isso porque o período de maior atividade da fanpage em relação às cotas sociais aconteceu sob o mandato de Aloízio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente do Ministério em duas oportunidades.

Se formos além, e dividirmos essa periodicidade de postagens em governo Dilma Rousseff e Governo Michel Temer, presidentes que estiveram no poder no período do recorte desta pesquisa, veremos que de 31 postagens, 27 aconteceram no primeiro momento, sendo 22 só na gestão de Aloízio Mercadante, e apenas 4 aconteceram no segundo momento, tendo como representante Mendonça Filho, do DEM, partido que abriu processo no Supremo Tribunal Federal contra as Cotas, em 2009, que assumiu a pasta em maio de 2016 e em julho do mesmo ano realizou a última publicação sobre as cotas sociais.

Em termos percentuais, 87% das postagens sobre cotas sociais ocorreram no governo Dilma e apenas 13% no governo Michel Temer.

Portanto, chegamos à conclusão de que a temática das cotas sociais tinha uma maior valorização no governo de Dilma Rousseff e no período antes do estabelecimento da crise política, daí a concentração das publicações entre 2012 e

2016. Além do mais, por consequência, os dados mostram o desinteresse do governo Michel Temer de tratar o tema das cotas sociais nas redes sociais.

Essa falta de divulgação de ações e projetos gera uma série de consequências negativas no que tange à relação entre o aluno cotista e o Ministério da Educação. Sem o envolvimento com esta temática para a defesa da Lei das Cotas, como fez nos anos anteriores, o MEC acaba por abrir brechas para as pessoas que são contra essa política afirmativa, diante da desinformação, reforcem seus argumentos e não tenham um posicionamento adequado da instituição.

Além do mais, com a invisibilização do tema e sem conteúdos novos na rede digital, a própria comunicação institucional do Ministério da Educação não tem o feedback, que seria necessário para o maior esclarecimento da questão, aos usuários que seguem a fanpage.

Por conta disso, consideramos necessário que houvesse um investimento maior em publicações voltadas tanto para o diálogo quanto para as informações que são referentes à Lei das Cotas, desde os números que ela já acarretou no ensino superior brasileiro até as mudanças que já ocorreram de 2012 para cá.

Assumir esse posicionamento, que não acontece há um tempo considerável, é, além de demonstrar a garantia de direito, reafirmar e prestar conta com a população sobre o impacto causado pela Lei das Cotas no ensino superior, uma política que apresenta características de mudanças não só no âmbito educacional como também no social.

A afirmação da Lei de Cotas como política legítima também ganha importância ao verificar o futuro da ação afirmativa, já que, em 2022, a Lei, que tem validade de 10 anos, será revisada pelo atual governo brasileiro, que tem como presidente Jair Bolsonaro, do PSL, abertamente contra o sistema de Cotas. Ou seja, há o risco iminente de que as Cotas Sociais sejam questionadas, reduzidas ou até mesmo extintas.

Referências

BARDIN, L. (2011). **Análise de Conteúdo**. Trad. Reto, L; Pinheiro, A. São Paulo:Edições 70.

BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: BOTELHO, André; SHWARCZ, Lilia M. **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 418-429.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade / Manuel Castells; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre ações afirmativas. In: **Ação Afirmativa** – políticas públicas contra as desigualdades raciais. SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia & BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet** / Raquel Recuero. – Porto Alegre: Sulina, 2009.

SHWARCZ, Lilia. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, André; SHWARCZ, Lilia M. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 94-107.

Referências eletrônicas

Fanpage do Ministério da Educação. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/ministeriodaeducacao/>>. Acessado em novembro de 2018.

BRASIL. Lei número 12.711 do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acessado em novembro de 2018.